



# REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

Revista do Centro de Ciências Humanas - CCH  
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

## **CORPOS, SABERES E TERRITÓRIOS: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PRÁTICAS DECOLONIAIS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS**

## **BODIES, KNOWLEDGE, AND TERRITORIES: ANTI-RACIST EDUCATION AND DECOLONIAL PRACTICES IN PERIPHERAL CONTEXTS**

## **CUERPOS, SABERES Y TERRITORIOS: EDUCACIÓN ANTIRRACISTA Y PRÁCTICAS DECOLONIALES EN CONTEXTOS PERIFÉRICOS**

Artigo recebido: 31/10/2025

Artigo aceito: 01/12//2025

Hellen Vitoria de Lima Santos<sup>1</sup>

### **RESUMO**

Este artigo analisa práticas pedagógicas antirracistas em territórios periféricos, enfocando a construção identitária e cultural de crianças muito pequenas do Grupo 01 de uma creche localizada no bairro do Coque, em Recife, a partir de saberes afro-brasileiros e indígenas. Parte-se do reconhecimento histórico do colonialismo, da escravidão e do racismo estrutural no Brasil, evidenciando como tais processos impactam a organização das escolas, currículos e materiais didáticos, reproduzindo desigualdades e invisibilizando saberes marginalizados. A pesquisa adota abordagem qualitativa, integrando observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise documental das atividades desenvolvidas no cotidiano da creche e em espaços de mediação cultural. Os resultados demonstram que práticas de leitura de literatura afro-brasileira, oficinas culturais, músicas e atividades corporais promovem a valorização da identidade racial, fortalecem o pertencimento territorial e possibilitam a construção de uma consciência inicial sobre diversidade e pertencimento cultural. Observa-se que a incorporação de saberes comunitários e culturais transforma o território periférico em espaço legítimo de aprendizagem, rompendo com a lógica eurocêntrica e elitista dominante. Conclui-se que iniciativas pedagógicas dirigidas a crianças muito pequenas, quando articuladas com cultura e território, contribuem para a formação de sujeitos críticos, conscientes de sua história e cultura, favorecendo uma educação antirracista, decolonial e intercultural desde os primeiros anos de vida.

**Palavras-chave:** Educação antirracista; Territórios periféricos; Primeira infância

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação, Culturas e Identidades - PPGEI, do Departamento de Educação, da Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE

**CORPOS, SABERES E TERRITÓRIOS: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PRÁTICAS DECOLONIAIS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS**

## ABSTRACT

This article analyzes anti-racist pedagogical practices in peripheral territories, focusing on the identity and cultural construction of very young children from Group 01 of a daycare located in the Coque neighborhood in Recife, Brazil, based on Afro-Brazilian and Indigenous knowledge. The study considers the historical context of colonialism, slavery, and structural racism in Brazil, highlighting how these processes impact school organization, curricula, and educational materials, reproducing inequalities and marginalizing certain forms of knowledge. Using a qualitative approach, the research integrates participant observation, semi-structured interviews, and documentary analysis of daily activities in the daycare and cultural mediation spaces. Results show that practices such as reading Afro-Brazilian literature, cultural workshops, music, and body-based activities promote the appreciation of racial identity, strengthen territorial belonging, and foster an early awareness of cultural diversity. The incorporation of community and cultural knowledge transforms the peripheral territory into a legitimate space of learning, challenging the dominant Eurocentric and elitist logic. The study concludes that anti-racist and decolonial initiatives directed at very young children contribute to forming critical subjects, aware of their history and culture, and promote intercultural education from the earliest years of life.

**Keywords:** Anti-racist education; Peripheral territories; Early childhood

## RESUMEN

Este artículo analiza prácticas pedagógicas antirracistas en territorios periféricos, enfocándose en la construcción de la identidad y cultura de niños muy pequeños del Grupo 01 de una guardería ubicada en el barrio del Coque, en Recife, Brasil, a partir de saberes afrobrasileños e indígenas. Se considera el contexto histórico del colonialismo, la esclavitud y el racismo estructural en Brasil, destacando cómo estos procesos afectan la organización escolar, los planes de estudio y los materiales educativos, reproduciendo desigualdades y marginalizando ciertos conocimientos. La investigación utiliza un enfoque cualitativo, integrando observación participante, entrevistas semiestructuradas y análisis documental de las actividades cotidianas en la guardería y en espacios de mediación cultural. Los resultados muestran que prácticas como la lectura de literatura afrobrasileña, talleres culturales, música y actividades corporales promueven la valorización de la identidad racial, fortalecen el sentido de pertenencia territorial y fomentan una conciencia temprana sobre la diversidad cultural. La incorporación de saberes comunitarios y culturales transforma el territorio periférico en un espacio legítimo de aprendizaje, desafiando la lógica eurocéntrica y elitista dominante. Se concluye que las iniciativas antirracistas y decoloniales dirigidas a niños muy pequeños contribuyen a la formación de sujetos críticos, conscientes de su historia y cultura, y promueven una educación intercultural desde los primeros años de vida.

**Palabras clave:** Educación antirracista; Territorios periféricos; Primera infancia

**CORPOS, SABERES E TERRITÓRIOS: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PRÁTICAS DECOLONIAIS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS**

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre relações étnico-raciais no Brasil tem se intensificado nas últimas décadas, refletindo mudanças sociais, políticas e acadêmicas que buscam enfrentar o racismo estrutural e promover a valorização de saberes historicamente marginalizados. No contexto educacional, a implementação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira na educação básica, e da Lei nº 11.645/2008, que incluiu a obrigatoriedade da História e Cultura Indígena, representa um avanço significativo na tentativa de consolidar uma educação antirracista e decolonial. No entanto, a efetivação dessas leis encontra desafios persistentes, especialmente em territórios periféricos, nos quais se concentram desigualdades históricas, precarização da infraestrutura escolar, escassez de recursos pedagógicos e insuficiência na formação docente para lidar com a diversidade étnico-racial de maneira efetiva. Esse cenário evidencia que a legislação, por si só, não garante transformações profundas: é necessária a implementação de práticas pedagógicas intencionais, criativas e contextualizadas que articulem currículo, cultura, território e identidade.

O território periférico do Coque, em Recife, exemplifica essas tensões. Historicamente marcado por desigualdades sociais e econômicas, o bairro concentra condições de vulnerabilidade que impactam diretamente a educação formal e não formal. Ao mesmo tempo, representa um espaço rico em saberes comunitários, manifestações culturais, memória histórica e resistência social. Para compreender a educação nesse contexto, é preciso adotar uma perspectiva que reconheça a periferia não apenas como espaço de carências, mas como território de produção de conhecimento e práticas de resistência. Munanga (2018) e Santos (2019) enfatizam que a educação em contextos periféricos deve ir além da transmissão de conteúdos, dialogando com as experiências concretas das crianças, incorporando saberes locais e promovendo uma pedagogia decolonial capaz de questionar as estruturas de poder e a lógica eurocêntrica que ainda domina currículos, livros didáticos e práticas pedagógicas.

Este estudo focaliza a primeira infância, especificamente crianças do Grupo 01 de uma creche no Coque, faixa etária em que se inicia a construção da percepção de si mesmas, do outro e do território. Pesquisas em educação infantil mostram que a introdução de narrativas culturais, literárias e artísticas de origem afro-brasileira e indígena favorece a valorização da

diversidade, a construção de identidade e autoestima, bem como a criação de vínculos afetivos com a comunidade (Freire, 2019; Gonzalez, 1999). A partir dessa perspectiva, atividades como leitura de literatura afro-brasileira, rodas de conversa, oficinas de música, dança e expressão corporal, bem como o envolvimento com histórias e memórias locais, permitem que as crianças desenvolvam senso de pertencimento ao território, percebam a riqueza cultural da comunidade e se reconheçam como sujeitos ativos e produtores de conhecimento.

A justificativa do estudo se ancora na necessidade de compreender práticas pedagógicas que efetivamente promovam a valorização de identidades raciais e culturais desde os primeiros anos de vida, contribuindo para a formação de sujeitos críticos e conscientes de sua história. Ao investigar o cotidiano do Grupo 01 da creche do Coque, busca-se evidenciar que a educação antirracista não é apenas um conteúdo a ser transmitido, mas um processo que se constrói por meio de experiências, interações e vivências, articulando cultura, território e afetividade. Assim, a pesquisa pretende demonstrar que mesmo em contextos periféricos, crianças pequenas podem ter acesso a práticas educativas que reconheçam seus corpos, saberes e territórios como centrais, promovendo inclusão, respeito à diversidade e decolonialidade.

O objetivo geral desta pesquisa é analisar práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais desenvolvidas com crianças do Grupo 01 da creche do Coque, investigando como tais práticas contribuem para a construção da identidade racial, cultural e territorial. Os objetivos específicos são: (i) compreender de que forma as atividades pedagógicas incorporam saberes afro-brasileiros e indígenas, fortalecendo a consciência cultural das crianças; (ii) identificar estratégias utilizadas por educadores e mediadores culturais para promover interculturalidade e valorização do território periférico; e (iii) refletir sobre os impactos dessas práticas no desenvolvimento do pertencimento, da autoestima e do reconhecimento da diversidade desde a primeira infância.

A relevância desta investigação está na possibilidade de fornecer subsídios teóricos e práticos para a construção de educação antirracista desde os primeiros anos de vida, contribuindo para uma compreensão mais ampla sobre a importância de articular currículo, cultura e território. Ao focar em crianças muito pequenas, a pesquisa evidencia que a educação antirracista e decolonial não é apenas um projeto futuro, mas uma prática concreta que pode ser iniciada desde os primeiros anos de vida, fortalecendo identidades, promovendo

***CORPOS, SABERES E TERRITÓRIOS: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PRÁTICAS DECOLONIAIS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS***

pertencimento e fomentando valores de diversidade, justiça social e interculturalidade. Em última análise, a pesquisa reforça a importância de reconhecer os territórios periféricos como espaços legítimos de aprendizagem e de produção de conhecimento, desafiando práticas pedagógicas tradicionais e contribuindo para a construção de uma sociedade mais democrática, plural e emancipada.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa aqui apresentada desenvolveu-se a partir de uma abordagem qualitativa, entendida como fundamental para compreender as práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais implementadas com crianças muito pequenas, especificamente do Grupo 01 de uma creche localizada no bairro do Coque, em Recife. Optou-se por essa abordagem porque a compreensão das experiências educativas exige mais do que medições quantitativas; é necessário aproximar-se dos sentidos, das interações e das significações produzidas no cotidiano da sala de referência, considerando o contexto cultural, histórico e territorial das crianças. A pesquisa se apoia na perspectiva de Fochi (2017), que valoriza a criança como sujeito ativo na construção do conhecimento, e nos princípios de Malaguzzi (2001), que enfatizam a importância da experiência, do diálogo e da exploração no desenvolvimento integral da criança.

O estudo caracterizou-se como pesquisa exploratória e descritiva, buscando mapear e compreender práticas pedagógicas ainda pouco documentadas e, ao mesmo tempo, descrever as estratégias utilizadas pelas educadoras para promover a valorização da identidade, o pertencimento territorial e a interculturalidade desde a primeira infância. O campo de estudo envolveu a sala de referência do Grupo 01 da creche do Coque, incluindo atividades realizadas na própria sala, nos espaços de recreação e em interações com a comunidade local. O bairro, enquanto território periférico, apresenta desafios estruturais, como precarização e vulnerabilidade socioeconômica, mas também constitui um espaço rico em saberes comunitários, manifestações culturais e memória histórica, o que torna possível observar práticas pedagógicas inovadoras e processos de construção identitária e territorial das crianças.

Para a coleta de dados, adotaram-se estratégias múltiplas que permitissem capturar as dimensões práticas, afetivas e culturais das atividades na sala de referência. A observação participante foi realizada durante diferentes momentos do dia, abrangendo leituras de literatura afro-brasileira, rodas de conversa, oficinas de música, dança e atividades corporais, bem como brincadeiras. Essa observação possibilitou registrar interações, engajamento das crianças, respostas afetivas e estratégias pedagógicas das educadoras, permitindo compreender a mediação cultural de maneira contextualizada. Complementarmente, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com as educadoras, mediadores culturais e bibliotecárias, buscando apreender suas percepções sobre os objetivos das atividades, os desafios enfrentados e os efeitos percebidos na construção identitária e territorial das crianças. Adicionalmente, procedeu-se à análise documental de planos de aula, registros fotográficos e relatos das atividades desenvolvidas na sala de referência, com o intuito de identificar padrões de organização, conteúdos abordados e estratégias de inclusão de saberes afro-brasileiros e indígenas, articulando educação formal, não formal e comunitária.

A análise dos dados ocorreu por meio de análise temática, que permitiu organizar as informações em categorias significativas relacionadas à valorização de identidades, mediação de literatura afro-brasileira, construção de pertencimento territorial, práticas decoloniais e interações afetivas. Essa abordagem possibilitou compreender não apenas os conteúdos trabalhados, mas também as estratégias pedagógicas, as relações afetivas e os impactos percebidos na construção identitária das crianças. A triangulação entre observação, entrevistas e análise documental conferiu maior confiabilidade às interpretações, permitindo uma leitura crítica e contextualizada das práticas observadas.

A escolha do Grupo 01, composto por crianças de 0 a 3 anos, é estratégica, pois a primeira infância constitui período sensível para o desenvolvimento da identidade, da percepção do outro e do território. A pesquisa reconhece as crianças como sujeitos ativos, capazes de produzir significados, relacionar-se com o ambiente, interagir com outras crianças e adultos, e construir noções iniciais de pertencimento e diversidade cultural, alinhando-se aos princípios da pedagogia de Malaguzzi. Todas as etapas da pesquisa respeitaram rigorosamente os princípios éticos, garantindo sigilo, anonimato, consentimento informado e respeito integral à integridade física, emocional e cultural das crianças e profissionais envolvidos.

Em síntese, a metodologia adotada permitiu compreender como práticas pedagógicas antirracistas e decoloniais podem ser implementadas na sala de referência em territórios periféricos, evidenciando a importância de reconhecer os saberes locais, a cultura e o território como elementos centrais da educação infantil. Por meio da combinação de observação participante, entrevistas e análise documental, foi possível captar a complexidade das interações, identificar estratégias pedagógicas inovadoras e avaliar os impactos na construção da identidade, do pertencimento e da consciência intercultural das crianças, demonstrando que a educação antirracista na primeira infância é viável, necessária e transformadora.

## **EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E DECOLONIAL NA PRIMERÍSSIMA INFÂNCIA**

A educação antirracista e decolonial emerge como um campo indispensável para enfrentar o racismo estrutural presente nas instituições brasileiras, sendo especialmente crucial na primeira infância, período em que se consolidam percepções iniciais sobre identidade, alteridade e pertencimento. Munanga (2018) alerta que, na ausência de práticas pedagógicas intencionais, o racismo estrutural se reproduz de forma natural e quase invisível, permeando conteúdos, interações e relações de poder, inclusive na educação infantil, reforçando estereótipos e invisibilizando culturas marginalizadas.

Nesse contexto, a sala de referência do Grupo 01 revela que a implementação de práticas antirracistas não é apenas uma questão normativa ou formal, mas exige reorganização profunda das relações pedagógicas, dos conteúdos apresentados e das experiências de aprendizagem, de modo que as crianças se vejam refletidas nas narrativas e reconheçam a diversidade cultural que compõe o mundo em que vivem.

As práticas observadas na sala de referência incluem a mediação de literatura afro-brasileira e indígena, oficinas de dança e música tradicionais, rodas de conversa e atividades de exploração sensorial que dialogam com a história e a cultura local. Essas experiências funcionam como instrumentos de construção de sentido, permitindo que as crianças estabeleçam conexões entre o conhecimento escolar, suas experiências cotidianas e o contexto do território em que estão inseridas. Durante essas atividades, percebeu-se que as crianças demonstram curiosidade, reconhecimento e expressões de identificação com os personagens e



histórias apresentadas, muitas vezes reagindo com comentários espontâneos que refletem suas próprias vivências ou questionamentos sobre diferenças culturais e sociais.

Esses comportamentos indicam que a educação antirracista na primeira infância transcende a mera transmissão de conteúdos: ela envolve dimensões afetivas, cognitivas e sociais integradas, nas quais a criança interpreta, questiona, se posiciona e constrói significados a partir das experiências vividas. Fochi (2017) enfatiza que a criança deve ser compreendida como sujeito ativo, capaz de interagir com múltiplos saberes e de produzir significados em contexto social. Essa perspectiva coloca a criança no centro do processo educativo, em contraposição a uma abordagem tradicional, centrada no docente e em conteúdos pré-determinados. Malaguzzi (2001), por sua vez, reforça que a aprendizagem se dá por meio do diálogo, da exploração e da experiência compartilhada, destacando a importância de relações pedagógicas que promovam interação, experimentação e co-construção de conhecimento.

Ao aplicar esses princípios à prática pedagógica observada, é possível notar que a sala de referência funciona como um espaço de mediação contínua, onde educadoras e crianças constroem conjuntamente narrativas de pertencimento, reconhecimento cultural e autoestima racial. A discussão crítica dos resultados revela que práticas antirracistas eficazes exigem intencionalidade pedagógica, sensibilidade das educadoras e conexão profunda com a realidade social, cultural e territorial das crianças. Não se trata apenas de introduzir livros ou atividades culturais isoladas, mas de estabelecer uma pedagogia que reconheça e valorize identidades diversas, integrando saberes locais, história da comunidade e experiências culturais cotidianas. A observação das crianças do Grupo 01 mostra que, ao se depararem com elementos de sua própria cultura refletidos nas atividades, elas passaram a desenvolver uma compreensão inicial de pertencimento, autoestima racial e valorização de sua história.

Assim, essa percepção de si e do outro é fundamental para a construção de uma consciência crítica, ainda que incipiente, que pode influenciar seu modo de relacionar-se com o mundo e com a diversidade.

Além disso, a pedagogia decolonial, quando enraizada em práticas cotidianas, afetivas e culturalmente significativas, tem o potencial de transformar a experiência escolar em um espaço de resistência e emancipação. Ao promover o reconhecimento de saberes afro-brasileiros e indígenas, a prática educativa na primeira infância contribui para romper com a

***CORPOS, SABERES E TERRITÓRIOS: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PRÁTICAS DECOLONIAIS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS***



hegemonia eurocêntrica, que historicamente marginalizou culturas e identidades negras e indígenas, e estabelece novas referências para o conhecimento, a ética e a convivência social.

A análise das interações na sala de referência evidencia que, mesmo em contextos periféricos e marcados por desigualdades, é possível construir experiências educativas que fortalecem a identidade, a cultura e a autonomia das crianças, oferecendo bases sólidas para o desenvolvimento de sujeitos críticos, conscientes e capazes de agir de forma ética e inclusiva em relação à diversidade cultural e social.

Em síntese, a educação antirracista e decolonial na primeira infância, articulada à mediação cultural, à exploração afetiva e à valorização do território, revela-se não apenas como uma necessidade ética e social, mas também como estratégia pedagógica potente para a construção de experiências significativas, capazes de formar crianças que reconhecem sua própria história, respeitam as diferenças e se engajam na construção de relações sociais mais justas e equitativas.

## **TERRITÓRIO, PERTENCIMENTO E EDUCAÇÃO NA PRIMEIRA INFÂNCIA: O COQUE COMO ESPAÇO DE SABERES E RESISTÊNCIAS**

O território periférico, como o bairro do Coque, apresenta múltiplas dimensões que impactam diretamente a experiência educativa, funcionando simultaneamente como espaço de desafios, contradições e potências formativas. Historicamente marcado por desigualdades sociais, precarização de serviços públicos, moradias informais e vulnerabilidades socioeconômicas, o Coque também abriga uma rica teia de saberes, tradições, memórias coletivas e práticas comunitárias que resistem à marginalização e reafirmam a potência da periferia como espaço de produção de conhecimento. Como defende Santos (2019), compreender o território exige reconhecê-lo em sua totalidade — não apenas como espaço físico, mas como construção social, simbólica e cultural, onde se entrecruzam identidades, histórias e formas de resistência. Nesse sentido, o território periférico não é apenas o “lugar do outro”, mas um espaço de invenção cotidiana, de produção de cultura e de reinvenção da vida diante das adversidades.

***CORPOS, SABERES E TERRITÓRIOS: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PRÁTICAS DECOLONIAIS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS***

Assim, a educação infantil em contextos periféricos, como o Coque, não pode limitar-se a uma pedagogia compensatória ou à reprodução de modelos homogêneos e descontextualizados. É necessário, como propõe Arroyo (2012), construir uma pedagogia do território, em que o espaço de vida das crianças seja reconhecido como território educativo e cultural. Essa perspectiva rompe com a ideia de que a periferia é apenas um espaço de carência, compreendendo-a, ao contrário, como lugar de potência, de criação e de saberes plurais. Para Freire (1996), a prática educativa libertadora nasce do diálogo com o mundo vivido dos sujeitos, e é nesse diálogo que se constrói uma educação comprometida com a emancipação. No Coque, esse diálogo se materializa nas práticas cotidianas das educadoras, que reconhecem o território como fonte de saber e o incorporam às experiências formativas das crianças.

As observações realizadas na sala de referência do Grupo 01 evidenciaram que atividades que integraram elementos do território — como contação de histórias de moradores, cantos tradicionais, jogos, danças e brincadeiras comunitárias — ampliaram as possibilidades de aprendizagem e fortaleceram o sentimento de pertencimento. As crianças passaram a perceber o bairro não apenas como espaço geográfico, mas como território afetivo, cheio de histórias, sons e memórias. Hall (2003) lembra que a identidade se constitui por meio de narrativas compartilhadas, e é nesse processo de reconhecimento do território e de suas histórias que as crianças começam a formar noções de quem são, de onde vêm e a que grupo pertencem. Assim, ao perceberem que o lugar onde vivem é valorizado, as crianças constroem uma relação de pertencimento mais profunda, baseada na autoestima, no orgulho e no reconhecimento da importância de sua comunidade.

Essa experiência é ainda mais significativa quando se considera a intersecção entre território, raça e classe. As crianças negras do Coque, ao interagirem com narrativas afro-brasileiras contextualizadas no bairro, começam a reconhecer-se como parte de uma história de resistência e de produção cultural. Gonzalez (1988) argumenta que o “lugar de fala” das populações negras é constituído pela ancestralidade, pela experiência histórica e pela coletividade. Quando as práticas pedagógicas inserem o território como fonte de saber, elas reconhecem e validam esse lugar de fala, permitindo que as crianças se vejam como protagonistas de suas próprias narrativas. Tal movimento é fundamental para romper com a lógica eurocêntrica e com as hierarquias raciais que ainda permeiam o espaço escolar,

***CORPOS, SABERES E TERRITÓRIOS: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PRÁTICAS DECOLONIAIS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS***

conforme denuncia Kilomba (2019), ao apontar que o racismo epistêmico exclui corpos e saberes negros dos espaços de conhecimento.

Além disso, o território, quando incorporado às práticas pedagógicas, torna-se mediador de processos decoloniais, favorecendo a valorização dos saberes locais e a formação de uma consciência crítica desde a primeira infância. Walsh (2009) afirma que a pedagogia decolonial se funda na necessidade de deslocar as formas hegemônicas de saber e valorizar epistemologias insurgentes, produzidas nas margens. No contexto da creche do Coque, essa pedagogia se expressa em atividades que resgatam brincadeiras tradicionais, músicas de coco, histórias de moradores mais velhos e memórias da comunidade, reconhecendo que o conhecimento nasce da experiência vivida e compartilhada. Essa dimensão decolonial da prática pedagógica desafia o currículo tradicional e coloca em evidência o território como fonte legítima de aprendizagem.

Outro aspecto relevante observado é que a integração do território nas práticas pedagógicas contribui para o desenvolvimento da consciência crítica das crianças. Ao relacionarem as histórias de suas famílias e do bairro com os conteúdos explorados na sala, as crianças começam a construir compreensões sobre diversidade, desigualdade e solidariedade. Freire (1987) já alertava que a leitura do mundo precede a leitura da palavra, e é justamente essa leitura do mundo — do território, das relações, dos afetos e das lutas — que fundamenta uma prática educativa verdadeiramente emancipadora. Quando as crianças compreendem que o Coque é mais do que um “bairro pobre”, mas um espaço de cultura, resistência e criação, passam a desenvolver um olhar crítico e positivo sobre sua realidade.

Em síntese, o território periférico do Coque, quando compreendido como espaço educativo e culturalmente significativo, revela-se um recurso potente para práticas pedagógicas que promovam a construção de identidade, consciência cultural e pertencimento social. A articulação entre história local, saberes comunitários, cultura afro-brasileira e indígena e mediação pedagógica intencional permite que o território seja incorporado à experiência educativa de modo sensível e transformador. Reconhecer e utilizar o território periférico como elemento estruturante da educação infantil é, portanto, mais que uma estratégia pedagógica — é um ato político e ético de valorização cultural, resistência social e promoção de justiça educativa. Como afirma hooks (2013), “ensinar é um ato de liberdade”,

e, nos territórios periféricos, essa liberdade se materializa quando as crianças aprendem a olhar para o lugar onde vivem e reconhecem nele não a falta, mas a potência.

## **AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NA PRIMEIRA INFÂNCIA**

As práticas pedagógicas observadas na creche do Coque, especialmente na sala de referência do Grupo 01, revelam que a educação antirracista e decolonial na primeira infância se constrói cotidianamente, por meio de experiências estéticas, afetivas e culturais que valorizam as identidades das crianças e de suas comunidades. Ao integrar elementos da literatura afro-brasileira, da música, da dança, das histórias locais e das brincadeiras tradicionais, as educadoras produzem um espaço de aprendizagem que rompe com o modelo pedagógico eurocêntrico e abre caminho para a construção de uma identidade racial e cultural positiva. Como afirma Gonzalez (1988), a identidade negra se forja na possibilidade de “reconhecer-se nos discursos e nas representações sociais”, rompendo com o silenciamento e a invisibilidade historicamente impostos às populações negras. Assim, o trabalho educativo precisa garantir o direito de toda criança de se ver representada e valorizada, o que, conforme Nilma Lino Gomes (2017), constitui o primeiro passo para a construção de uma educação antirracista e emancipadora.

A infância, nesse contexto, é um território decisivo. É nela que se formam as primeiras percepções de si e do outro, os sentimentos de pertencimento e as noções de valor social. Como argumenta Munanga (2005), a identidade racial é construída na relação com o olhar do outro, sendo a escola um dos espaços centrais onde essas relações se expressam e se transformam. As observações mostraram que, quando as crianças são expostas a narrativas e imagens que refletem sua cor de pele, seus cabelos, seus modos de viver e os saberes de sua comunidade, emergem expressões de orgulho, pertencimento e curiosidade. Durante mediações com livros afro-brasileiros, algumas crianças apontavam para os personagens dizendo “parece comigo” ou “meu cabelo é assim”, revelando a potência simbólica dessas representações. Essa identificação, ainda que aparentemente simples, indica que o reconhecimento de si é um passo fundamental na construção da autoestima e da identidade racial, o que, segundo Fanon (2008), é essencial para romper com o processo de alienação imposto pela colonialidade do ser e do saber.

### ***CORPOS, SABERES E TERRITÓRIOS: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PRÁTICAS DECOLONIAIS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS***

A atuação das educadoras mostrou-se essencial nesse processo. A mediação sensível e intencional transformou as atividades em espaços de diálogo, escuta e reconhecimento. Inspiradas em Malaguzzi (2001), elas compreendem a criança como sujeito de múltiplas linguagens — capaz de se expressar por meio do corpo, da fala, do gesto, da imaginação e da arte — e, portanto, como sujeito produtor de cultura. O trabalho com músicas de matriz africana, contação de histórias com bonecos de diferentes tons de pele, danças e dramatizações coletivas permitiu que as crianças experimentassem a diversidade de forma lúdica e significativa, desenvolvendo empatia, respeito e reconhecimento mútuo. Nessa perspectiva, a educação se torna também uma prática de liberdade, como propõe Freire (1996), pois convida à leitura crítica do mundo e à valorização das identidades historicamente marginalizadas.

Essas práticas dialogam fortemente com a perspectiva decolonial, que, conforme Walsh (2009), busca desestabilizar as hierarquias do conhecimento e valorizar epistemologias que emergem dos territórios, dos corpos e das experiências negras, indígenas e populares. No contexto da creche do Coque, isso se traduz na incorporação das vozes e saberes da comunidade — mães, avós, contadores de histórias, brincantes e artistas locais — como agentes educativos legítimos. Essa abertura epistêmica rompe a dicotomia entre escola e território, promovendo o que hooks (2013) chama de “educação engajada”, uma pedagogia que parte da experiência vivida e reconhece a potência transformadora da cultura local. Ao ouvir histórias contadas por familiares, ao cantar músicas das festas de bairro ou participar de brincadeiras tradicionais, as crianças constroem pontes entre o espaço escolar e o território, compreendendo que sua cultura tem valor e que o saber não se restringe aos livros ou à escola formal.

Outro aspecto relevante é que as práticas observadas contribuem não apenas para a formação da identidade individual, mas também para a construção de uma identidade coletiva, marcada pelo pertencimento comunitário e pela valorização da ancestralidade. O resgate de histórias locais, o uso de expressões culturais afro-brasileiras e indígenas e a presença de símbolos do território — como o coco de roda e as tradições do bairro — ajudam as crianças a perceberem que fazem parte de uma história maior, tecida por resistência, solidariedade e luta por dignidade. Como afirma Gomes (2022), reconhecer a ancestralidade como fonte de saber e força é condição para reconstruir uma identidade negra positiva e consciente. Nesse

***CORPOS, SABERES E TERRITÓRIOS: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PRÁTICAS DECOLONIAIS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS***

processo, a identidade deixa de ser vista como uma característica fixa e passa a ser compreendida como uma construção dinâmica, afetiva e relacional, em constante diálogo com o outro e com o mundo.

Por fim, a análise das práticas pedagógicas no Grupo 01 demonstra que a construção identitária na primeira infância depende da presença de experiências educativas que articulem afeto, representação e cultura. A intencionalidade das educadoras ao planejar atividades que representem a diversidade racial e cultural revela um compromisso ético e político com a formação de sujeitos críticos e respeitosos. Assim, a creche se transforma em espaço de resistência e de produção de sentidos, onde as crianças aprendem a se ver, a se reconhecer e a se orgulhar de quem são. Em um território periférico como o Coque, tais práticas assumem dimensão ainda mais profunda, pois reafirmam que cada criança, ao se ver representada, fortalece não apenas sua identidade individual, mas também o tecido social e cultural de sua comunidade.

Em síntese, as práticas pedagógicas antirracistas observadas evidenciam que a educação infantil pode ser um espaço potente de construção identitária e emancipação cultural, desde que reconheça a criança como sujeito histórico e cultural, o território como lugar de saber e a diversidade como princípio pedagógico. Educar, nesse contexto, é também (re)existir — é garantir que cada criança tenha o direito de se ver, de se imaginar e de se afirmar em sua plenitude, construindo, desde cedo, os alicerces de uma sociedade mais justa, plural e igualitária.

## CONCLUSÃO

As práticas pedagógicas antirracistas desenvolvidas na creche do Coque evidenciam que a educação infantil é um espaço fundamental para a construção de identidades positivas, conscientes e culturalmente enraizadas. As experiências observadas no Grupo 01 mostram que a valorização das expressões culturais afro-brasileiras e indígenas, o uso da literatura negra e o diálogo com as tradições comunitárias transformam o cotidiano educativo em um campo de resistência e de (re)existência. Como afirma bell hooks (2013, p. 15), “a sala de aula continua sendo o espaço mais radical de possibilidade”, e, quando atravessada pela

escuta, pela afetividade e pela diversidade, torna-se território fértil para a emancipação e para o reconhecimento das diferenças.

A pesquisa revelou que, ao se reconhecerem nas narrativas, nas músicas, nos gestos e nas imagens que compõem as atividades pedagógicas, as crianças constroem vínculos afetivos com sua história e cultura, fortalecendo sua autoestima e pertencimento. Gonzalez (1988, p. 77) ressalta que “reconhecer-se nos discursos e nas representações é condição essencial para o processo de identificação e resistência das populações negras”. Nesse sentido, a infância se apresenta como momento decisivo para a formação da autoimagem e da consciência racial, sendo papel da escola garantir que todas as crianças possam se ver e se afirmar de maneira positiva.

A atuação das educadoras mostrou-se central nesse processo. Ao promover práticas que valorizam o território, a ancestralidade e os saberes comunitários, elas reafirmam o que Freire (1996, p. 31) denomina “prática de liberdade”, ou seja, uma educação que não se reduz à transmissão de conteúdos, mas que “reconhece e valoriza o sujeito como produtor de cultura e de história”. Essa intencionalidade pedagógica, alicerçada em valores éticos e políticos, transforma o cotidiano da creche em um espaço de diálogo e reconhecimento, onde a aprendizagem emerge da experiência, da escuta e da relação com o outro.

Sob uma perspectiva decolonial, as práticas observadas também tensionam a hierarquia dos saberes. Walsh (2009, p. 14) defende que “decolonizar é abrir espaço para outras formas de conhecer e de existir, especialmente aquelas que foram historicamente silenciadas”. Nesse contexto, o Coque não é apenas cenário, mas fonte viva de saberes, memórias e epistemologias que desafiam o modelo escolar eurocentrado. Reconhecer o território como produtor de conhecimento significa, portanto, deslocar o eixo do ensino e incorporar as experiências da comunidade — mães, avós, brincantes e artistas locais — como parte legítima do processo educativo.

A construção da identidade racial, como afirma Munanga (2005), não é um processo isolado, mas uma construção social e relacional. Quando as crianças têm acesso a representações positivas de si e de seus pares, passam a compreender que sua cor, seus cabelos, seus corpos e suas histórias são dignos de valorização. Essa compreensão contribui para a formação de uma identidade coletiva, pautada na ancestralidade e na solidariedade comunitária. Gomes (2017, p. 44) reforça que “educar para as relações étnico-raciais é um

***CORPOS, SABERES E TERRITÓRIOS: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PRÁTICAS DECOLONIAIS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS***



compromisso político e ético com a humanização e a igualdade”, o que exige das instituições educativas práticas contínuas de reconhecimento, diálogo e transformação.

Em síntese, as práticas pedagógicas antirracistas observadas na creche do Coque demonstram que a educação infantil pode ser um espaço potente de emancipação cultural, desde que reconheça a criança como sujeito histórico e a diversidade como princípio pedagógico. Educar, nesse contexto, é, como propõe Freire (1996), um ato de amor e de coragem — um movimento que transforma a escola em espaço de liberdade e reconhecimento. Ao se verem representadas e valorizadas, as crianças constroem não apenas sua identidade individual, mas também o tecido social e simbólico de sua comunidade, reafirmando que cada gesto pedagógico é também um gesto político de resistência, equidade e dignidade.

Como conclui hooks (2013, p. 24), “ensinar é um ato de esperança”. Assim, no território do Coque, educar é também (re)existir — é fazer da infância um tempo de encantamento e de luta, onde cada criança negra pode sonhar, imaginar e afirmar sua presença no mundo com orgulho, beleza e liberdade.

## REFERÊNCIAS

- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, Nilma Lino. **Educação e identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
- GOMES, Nilma Lino. **A sociedade brasileira e a educação antirracista**. Brasília: MEC, 2022.
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- MALAGUZZI, Loris. **As cem linguagens da criança: a abordagem de Reggio Emilia na educação da primeira infância**. Porto Alegre: Penso, 2001.
- MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2019.
- WALSH, Catherine. **Interculturalidad, Estado, sociedad: luchas (de)coloniales de nuestra época**. Quito: Abya-Yala, 2009.

**CORPOS, SABERES E TERRITÓRIOS: EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA E PRÁTICAS DECOLONIAIS EM CONTEXTOS PERIFÉRICOS**